



Instituto Tecnológico de Aeronáutica
Praça Marechal Eduardo Gomes, no. 50 -Vila das Acácias
CEP 12.228-800 São José dos Campos - SP - Brasil

PLANO DE CURSO

DISCIPLINA:	HUM-20 - NOÇÕES DE DIREITO	CARGA HORÁRIA SEMANAL:
CURSOS:	Engenharia Mecânica-Aeronáutica (MEC); Engenharia Civil Aeronáutica	03 h/a
SEMESTRE:	1º	ANO:
PROFESSORA:	NATÁLIA JODAS	2019
SALA		

EMENTA

Direito Brasileiro: princípios, características e peculiaridades. Fontes e Ramos do Direito. Teoria do Estado: povo, soberania e noção de território (espaço aéreo e mar territorial). Código de Defesa do Consumidor. Propriedade Intelectual. Direito do Trabalho; Regulamentação da Profissão de Engenheiro e Ética Profissional. Responsabilidade do Engenheiro (ambiental, civil e penal).

OBJETIVOS

Fornecer aos alunos uma adequada compreensão do Direito Brasileiro, por meio da apresentação dos fundamentos constitucionais, de alguns ramos do Direito e suas respectivas aplicações. Estimular o aperfeiçoamento profissional, apresentando os marcos legais e regulatórios da profissão de Engenheiro, bem como os problemas éticos e as implicações jurídicas na área.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I- Conceito e Noção de Direito:

Noção histórica, global; específica e particular;
Direito Brasileiro - características, princípios e peculiaridades

II- Teoria Geral do Estado

Elementos do Estado; Soberania, independência e autodeterminação dos povos; Território; Forma de Estado e forma de governo; Sistema de governo e regime político

III- Fontes e Ramos do Direito.

Conceito e Classificação; Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB; Ramos do Direito

IV-Sistema Constitucional Brasileiro

Aplicabilidade das normas constitucionais; Princípios e Direitos Fundamentais; Da organização do Estado: Administração Pública; Da Ordem Econômica e Financeira: Dos Princípios Gerais das Atividades Econômicas. Da Ordem Social: Educação; Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente.

V- Dos Direitos do Consumidor:

Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço; Da responsabilidade por vício do produto do serviço; Das infrações penais

VI- Direito do Trabalho; Regulamentação da profissão de Engenheiro e Ética Profissional.

VII- Propriedade Intelectual: Propriedade industrial; Direito autoral e Proteções *Sui Generis*.

VIII-Direito Civil: responsabilidade civil do engenheiro.

--

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
<ol style="list-style-type: none">1. Proporcionar ao (a) aluno (a) a uma visão geral sobre o Direito e sobre as disciplinas jurídicas aplicáveis à engenharia2. Propiciar conhecimentos básicos sobre as normas jurídicas pertinentes à atuação do (a) engenheiro (a), como a legislação tocante ao Direito Constitucional; Direito Civil; Direito Trabalhista; Direito do Consumidor; Direito Aeronáutico e Direito Ambiental3. Desenvolver as habilidades de leitura, escrita, interpretações textual e legislativa;4. Desenvolver as capacidades de raciocínio crítico e de argumentação;5. Promover as habilidades de diálogo construtivo e discussão coletiva a partir dos problemas propostos

METODOLOGIA
<p>A metodologia de ensino consistirá em aulas expositivas combinadas com a participação dos (as) estudantes. Abaixo, a operacionalização da metodologia:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Aulas expositivas sobre o conteúdo programático da disciplina, pelo uso da lousa e/ou dos recursos audiovisuais disponíveis (1º e 2ª parte das aulas).2. Leitura, pelos alunos e alunas, dos textos de discussão previamente disponibilizados para cada um dos temas de aula.3. Discussão e resolução, pelos alunos e alunas, dos problemas/questões/casos propostos, de acordo com a temática de cada aula (3ª e última parte da aula)4. Participação dos (as) estudantes nos debates promovidos em aula, podendo ser computadas marcações positivas para aqueles (as) que façam interpelações balizadas nos textos ou problemas/casos em pauta.

AVALIAÇÃO
<p>A 1ª Avaliação (Avaliação Sumativa) será uma prova dissertativa, a qual contemplará os temas da disciplina trabalhados até a sua realização. A primeira avaliação terá o valor de 10,0 pontos.</p> <p>A 2ª Avaliação (Avaliação Formativa) será de natureza contínua, isto é, será composta pela nota obtida ao longo do semestre, a partir de uma dinâmica participativa dos (as) estudantes. A nota da segunda avaliação será obtida pela entrega de dissertações/respostas, realizadas em grupos de trabalho, referentes aos problemas/questões/casos discutidos em cada aula.</p> <p>A segunda avaliação terá o valor de 10,0 pontos. Cada dissertação/resposta tem o valor de 0,77 pontos. As dissertações/respostas serão elaboradas durante a aula e deverão ser entregues no final destas.</p> <p>A 3ª Avaliação/Exame Final (Avaliação Sumativa) será uma prova dissertativa, a qual contemplará os temas das aulas desenvolvidas durante todo o semestre. A terceira avaliação terá o valor de 10,0 pontos.</p> <p>A participação individual dos alunos e alunas nos debates, por meio de intervenções/considerações balizadas nos textos ou nos problemas/casos em discussão, poderão contribuir à nota final da disciplina.</p>

MATERIAL DE AULA
<p>São as normas jurídicas referidas e analisadas durante as aulas expositivas. Serão estudadas, principalmente, as seguintes leis:</p>

1. Constituição Federal de 1988 – CF/88. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Código Civil - CC (Lei nº. 10.406/2002). Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm
3. Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº. 8.078/1990). Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm
4. Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto nº. 5.452/1943). Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm
5. Código de Ética do Engenheiro (a) (Resolução nº.1002/2002). Acesso em: http://www.confrea.org.br/media/codigo_etica_sistemaconfrea_8edicao_2015.pdf
6. Lei dos Direitos Autorais (Lei nº.9.610/1998). Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm
7. Lei da Propriedade Industrial (Lei nº.9.279/1996). Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm
8. Lei da Propriedade Intelectual de Programa de Computador (Lei nº.9.609/1998). Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9609.htm
9. Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA (Lei nº.6.938/1981). Acesso em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm
10. Lei da Política Nacional dos Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº.12.305/2010). Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm

TEXTOS DE APOIO

São textos disponibilizados aos alunos e alunas, quando possível em formato digital, que cobrem parte do conteúdo do que é dado em aula e permitem maior compreensão da matéria ensinada e o estudo para as avaliações.

TEXTOS DE DISCUSSÃO

Textos de leitura obrigatória a todas as aulas, sempre que possível em formato digital, cujo conteúdo subsidiará os debates propostos em cada aula, por meio de problemas/questões/estudos de caso. A leitura do texto de discussão referente à aula é a base para o desenvolvimento das respostas/dissertações dos grupos de trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Atlas, 2012.
HARRIS, Charles E., PRITCHARD, Michael S., RABINS, Michael J., **Engineering Ethics: Concepts and Cases**, Belmont (CA): Wadsworth, 2008.
SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. **Responsabilidade civil do consumidor e a defesa do fornecedor**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENJAMIN, Antônio Herman V; MARQUES, Cláudia Lima e BESSA, Leonardo. **Manual de Direito do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2018.
BITTAR, Carlos Alberto. **Direito de Autor**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
BITTAR, Eduardo C. B. **Introdução ao Estudo do Direito**. Humanismo, democracia e justiça. São Paulo: Saraiva, 2018.
BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
BOBBIO, Norberto. **Da estrutura à função**. Barueri: Manole, 2007.
BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 2018.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito**. Técnica, decisão e dominação. São Paulo: Atlas, 2016.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. **Meio Ambiente do Trabalho**. Direito, Segurança e Medicina do Trabalho. São Paulo: Método, 2014.

GOMES, Mariana Martins. A máxima dos precedentes no Direito Brasileiro: uma fusão entre o *Common Law* e *Civil Law*? **Revista Juris UniToledo**. v.03, jan./mar.2018.

LEITE, José Rubens Morato; et.al. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____; AYALA, Patryck de Araújo. **Dano ambiental**. Do individual ao coletivo extrapatrimonial. Teoria e Prática. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LEMOS, George Salomão Leite Ronaldo. **Marco Civil da Internet**. São Paulo: Atlas, 2014.

LEMOS, Patrícia Faga Iglecias. **Resíduos Sólidos e Responsabilidade Civil Pós-Consumo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2017.

PAESANI, Liliana Minardi. **Manual de Propriedade Intelectual**. São Paulo: Atlas, 2015.

ROULAND, Norbert. **Nos confins do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang; SAAVEDRA, Giovani Agostinho. Judicialização, reserva do possível e compliance na área da saúde. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 18, n. 1, jan./abr.2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SCHAAL, Flavia Mansur Murad. **Propriedade intelectual, internet e marco civil**. São Paulo: EDIPRO, 2016.

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Responsabilidade Civil Ambiental**. As dimensões do dano ambiental no Direito Brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. Volume único. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

_____; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito do Consumidor**. Vol. Único. São Paulo: Método, 2017.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Data	Tópicos/Conteúdo	Texto de Apoio	Texto de Discussão (obrigatório)
18/02	Apresentação da professora. Metodologia das aulas e critérios de avaliações. Divulgação do programa de disciplina.	Não há	Não há
25/02	Introdução ao Direito. O que é o Direito? Normas Jurídicas. Hierarquia de normas jurídicas. Teoria Geral do Estado. Elementos do Estado: soberania, território, povo, finalidade.	BOBBIO, Norberto. Teoria Geral do Direito . São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 15-22. BITTAR, Eduardo C. B. Introdução ao Estudo do Direito . Humanismo, democracia e justiça. São Paulo: Saraiva, 2018. p. 77-81. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos da Teoria Geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 2005. p. 74- 108.	Tema: Norma jurídica: validade, justiça e eficácia BOBBIO, Norberto. Teoria Geral do Direito . São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 37 a 43; 47 a 51; e 54 e 55.
04/03	Feriado	Não há	Não há
11/03	Estado Federativo. Separação dos Poderes. Funções típicas e atípicas. Fontes e Ramos do Direito.	DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos da Teoria Geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 2005. p. 224-230 TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil . Volume único. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017. p. 2-9.	Tema: Fontes do Direito DWORKIN, Ronald. O império do Direito . São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 3 a 15.
18/03	Sistema Constitucional Brasileiro. Direitos e garantias fundamentais. Aplicabilidade das normas constitucionais. Direitos de liberdade.	MARMELSTEIN, George. Curso de Direitos Fundamentais . São Paulo: Atlas, 2011. p. 16-25;	Tema: Eficácia horizontal dos direitos fundamentais SARLET, Ingo. A eficácia dos direitos fundamentais . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. p. 392 a 401.
25/03	Sistema Constitucional Brasileiro. Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais (liberdade, propriedade)	SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais . Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.	Tema: Direito prestacional à saúde SARLET, Ingo Wolfgang; SAAVEDRA, Giovani Agostinho. Judicialização, reserva do possível e compliance na área da saúde. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais , Vitória, v. 18, n. 1, jan./abr.2017. p. 257-274.

01/04	Sistema Constitucional Brasileiro. Direitos e garantias fundamentais. Direitos sociais e igualdade.		Tema: Igualdade e as ações afirmativas SANDEL, Michael J. Justiça. O que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Capítulo 7.
08/04	1ª Avaliação	Não há	Não há
15/04	Semaninha	Não há	Não há
22/04	Introdução ao Direito Civil. Responsabilidade civil. Direito do Consumidor. Conceitos necessários.	BENJAMIN, Antonio Herman V; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. São Paulo: Atlas, 2012.	Tema: Desafios da responsabilidade civil. RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017. p. 579 a 588.
29/04	Direito do Consumidor. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço.	BENJAMIN, Antonio Herman V; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito do Consumidor. Vol. Único. São Paulo: Método, 2017.	Tema: Debatendo a equidade nas relações de consumo. SANDEL, Michael J. Justiça. O que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Capítulo 6.
06/05	Direito do trabalho. Noções gerais. Importância do Direito do Trabalho para a engenharia. Meio ambiente do trabalho.	BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2018. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Forense, 2015.	Tema: Princípios e caracterização da relação empregatícia. BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2018. p. 98 a 107.
13/05	Direito do trabalho. Meio ambiente do trabalho. Acidente de trabalho. Responsabilidade.	GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Meio Ambiente do Trabalho. Direito, Segurança e Medicina do Trabalho. São Paulo: Método, 2014. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2017.	Tema: Responsabilidade civil do empregador Nascimento, F. C., & Salim, C. A. (2018). Política de prevenção de acidentes na construção civil: Uma análise das práticas da inspeção do trabalho. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho , 2018. p. 299-305.

20/05	Propriedade Intelectual. Importância da propriedade intelectual para a engenharia. Noções gerais. Propriedade Industrial.	PAESANI, Liliana Minardi. Manual de Propriedade Intelectual . São Paulo: Atlas, 2015. SCHAAL, Flavia Mansur Murad. Propriedade intelectual, internet e marco civil . São Paulo: EDIPRO, 2016.	Tema: Reflexões sobre a propriedade intelectual no Brasil MATIAS-PEREIRA, José. A gestão do sistema de proteção à propriedade intelectual no Brasil é consistente? Revista de Administração Pública , 45, 2011. p. 567-585.
27/05	Não haverá aula	Não haverá aula	Não haverá aula
03/06	Propriedade Intelectual. Direitos do Autor. Programas de Computador.	BITTAR, Carlos Alberto. Direito de Autor . Rio de Janeiro: Forense, 2015.	Tema: Aspectos da proteção jurídica aos softwares PIMENTEL, Luiz Otávio; FIGUEIREDO e SILVA, Cláudio Eduardo Regis. Conceito jurídico de software, padrão proprietário e livre: políticas públicas. Revista Sequência , n. 68, 2014. p. 291-323.
10/06	Direito Ambiental. Importância do Direito Ambiental para a engenharia. Política Nacional do Meio Ambiente. Responsabilidade civil pelo dano ambiental.	LEITE, José Rubens Morato; et.al. Manual de Direito Ambiental . São Paulo: Saraiva, 2015. LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. Dano ambiental . Do individual ao coletivo extrapatrimonial. Teoria e Prática. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.	Tema: Licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas no Brasil FAINGUELERNT, Maíra Borges. A trajetória histórica do processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte. Revista Ambiente & Sociedade , n. 2, 2016. p. 247-261.
17/06	Direito Ambiental. Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Responsabilidade civil pós-consumo. (Semana de Exames)	STEIGLEDER, Annelise Monteiro. Responsabilidade Civil Ambiental . As dimensões do dano ambiental no Direito Brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017. LEMOS, Patrícia Faga Iglecias. Resíduos Sólidos e Responsabilidade Civil Pós-Consumo . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.	Tema: Gestão municipal de resíduos sólidos OLIVEIRA, Thais Brito; GALVÃO JÚNIOR, Alceu de Castro. Planejamento municipal na gestão de resíduos sólidos urbanos e na organização da coleta seletiva. Revista de Engenharia Sanitária Ambiental , v. 21, 2016. p. 55-63.
24/06	Semana de Exames		

Assinatura da Professora

Assinatura do Coordenador